

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Dossiê: Diálogos e Intersecções entre História e Educação

Volume 21 | Número 2 | Ano/período: Maio/Agosto 2022

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v21i2.13801

ISSN: 2763-8804

O ensino de história e a formação do cidadão crítico:

um olhar sobre o ensino médio

Daniel Alves de Almeida ¹  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

ALMEIDA, Daniel Alves de. O ensino de história e a formação do cidadão crítico: um olhar sobre o ensino médio “**Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 21, n. 2, p. 63-75, abri/set 2022.

Recebido em: 28/07/2022 | **Aprovado em:** 30/08/2022 | **Publicado em:** 19/09/2022

¹ Licenciado em História pela Faculdade JK - Gama - Unidade I (2012). Especialista em educação pela Faculdade educacional da Lapa (2020). Mestrando em História do Brasil pela Universidade de Passo Fundo (2022). É Membro associado da Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil (2022). É Professor da educação básica do quadro permanente do Governo do Estado de Rondônia (SEDUC-RO) desde 2013.

O ensino de história e a formação do cidadão crítico: um olhar sobre o ensino médio

Resumo

O presente artigo pretende abordar o conceito de cidadania, sua contextualização, percepção social, dinamismo na prática docente e a importância do ensino de história, para a formação do cidadão crítico no ensino médio. O aumento das desigualdades sociais, o desconhecimento e a não vivência da cidadania extensiva por parte de muitos indivíduos atrelados a pouca importância social que muitas pessoas conferem ao ensino de história, motivaram o desenvolvimento da pesquisa. A metodologia baseou-se na utilização da pesquisa do tipo Estudo de Caso, revisão bibliográfica, aplicação de instrumentos de coleta de dados como questionário, entrevista e observação in loco. É necessário que o indivíduo compreenda a cidadania em sua totalidade, que ocorra um processo de conscientização efetivo, que a flexibilidade e dinâmica sejam as características presentes no processo de ensino e a história seja uma construção coletiva, viva, e profundamente relacionada com o presente.

Palavras-chave: Ensino; História; Crítica; Educação.

The teaching of history and the formation of the critical citizen: a look at high school

Abstract

This article intends to approach the concept of citizenship, its contextualization, social perception, dynamism in teaching practice and the importance of teaching history for the formation of critical citizens in high school. The increase in social inequalities, the lack of knowledge and the non-experience of extensive citizenship on the part of many individuals linked to the little social importance that many people attribute to the teaching of history, motivated the development of the research. The methodology was based on the use of Case Study research, literature review, application of data collection instruments such as a questionnaire, interview and on-site observation. It is necessary for the individual to understand citizenship in its entirety, for an effective awareness process to take place, for flexibility and dynamics to be the characteristics present in the teaching process and for history to be a collective, living construction that is deeply related to the present.

Keywords: Teaching; History, criticism; education.

“Las brujas del patriarquado”: resignificando la historia de las mujeres en la época de la caza de brujas

Resumen

Este trabajo pretende abordar el concepto de ciudadanía, su contextualización, percepción social, dinamismo en la práctica docente y la importancia de la enseñanza de la historia para la formación de un ciudadano crítico en la escuela secundaria. El aumento de las desigualdades sociales, el desconocimiento y la no vivencia de una amplia ciudadanía por parte de muchos individuos ligada a la poca importancia social que muchas personas dan a la enseñanza de la historia, motivó el desarrollo de esta investigación. La metodología se basó en el uso de la investigación del estudio de casos, la revisión de la literatura, la aplicación de herramientas de recogida de datos como el cuestionario, la entrevista y la observación in situ. Es necesario que el individuo comprenda la ciudadanía en su totalidad, que se produzca un proceso de concienciación efectiva, que la flexibilidad y la dinámica sean las características presentes en el proceso de

enseñanza y que la historia sea una construcción colectiva, viva y profundamente relacionada con el presente.

Palabras clave: Enseñanza; Historia; Crítica; Educación

O presente artigo teve como ponto de partida a análise do próprio conceito histórico de cidadania, sua relação com a educação formal na visão de autores consagrados, legislação vigente, de um docente de História e de alunos participantes da pesquisa. Em um segundo momento, analisou-se a História e suas possíveis contribuições no processo de ensino e aprendizagem. A prática pedagógica docente também foi objeto de análise mediante embasamentos teóricos e legais, bem como, no próprio entender de um docente da disciplina de História no ensino médio e seus respectivos alunos. Em derradeiro, evidenciou-se a metodologia empregada, analisou-se os dados coletados, até chegar à formulação de uma proposta para superação dos problemas levantados.

O objetivo de pesquisa é procurar entender o que de fato é a cidadania e identificar suas relações com o processo de ensino e aprendizagem ofertado ao cidadão. Soma-se a isso, a real necessidade de identificar as contribuições do ensino de história no ensino médio e de se desenvolver novas práticas pedagógicas para a superação das dificuldades identificadas e contribuir para o fortalecimento do processo de ensino escolar.

Do ponto de vista metodológico, essa pesquisa baseou-se na utilização de revisão bibliográfica, aplicação de instrumentos de coleta de dados como questionário, entrevista e observação in loco, e do estudo de caso, sendo este último, a estratégia vital de investigação de um fenômeno dentro de um contexto social do presente, sendo este contexto, a sala de aula e suas nuances. Dessa forma, a pesquisa pôde ser estruturada no acompanhamento de dez alunos de um terceiro ano do ensino médio de uma escola do interior do Estado de Rondônia, favorecendo a coleta de dados, evidenciando acertos e problemas, bem como, o confronto entre teoria e prática.

Cidadania e Educação: entendendo para contextualizar, reivindicar e vivenciar

Cidadania não é uma definição estanque, pelo contrário, é um conceito histórico e o seu sentido varia no tempo e no espaço. Pinsky (1999, p. 53) alerta que a utilização genérica de um conceito e a sua restrição excessiva de significado, acarreta em um esvaziamento do conteúdo do mesmo, diminui sua amplitude, como vem ocorrendo com a cidadania na atualidade. Conhecer o real significado de cidadania e entender o seu conteúdo igualitário universal, o que a torna extensiva do ponto de vista sócio-político, é extremamente importante para o cidadão.

Para Cerquier-Manzini (2010, p. 22) “A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão. [...] as sociedades gregas e romanas promoveram em suas cidades certo exercício de cidadania.” O surgimento da ideia de

cidadania está atrelado ao surgimento e expansão das cidades, como é o caso da pólis grega e a ciuiis romana, e suas respectivas convenções sociais. Obviamente, a ideia de cidade e urbanização do “mundo antigo” passou por transformações.

O processo de urbanização associado ao forte progresso das relações comerciais desencadeado na Baixa Idade Média europeia, liderado pela burguesia, trouxe à tona discussões acerca do trabalho, política, modo de produzir e viver, e também do ideal de cidadania. Essas discussões e ideais foram pautas diretas das chamadas revoluções burguesas.

Segundo Miceli (1994, p. 02) “[...] ao destruir o que restava do feudalismo e permitir a tomada do poder político pela burguesia, a revolução abria as portas para que ocorresse a outra revolução [...]. A revolução democrática-burguesa [...] etapa necessária ao aperfeiçoamento das instituições.” As chamadas revoluções burguesas da idade moderna ocorrida na Inglaterra (Revolução Inglesa do século XVII) e na França (Revolução Francesa do século XVIII) trouxeram contribuições e mudanças significativas para a vida em sociedade, para a construção das estruturas do Estado moderno e contemporâneo, criando assim um novo modelo de cidadania. O liberalismo, o direito a proteção da propriedade privada e a liberdade são exemplos das consequências históricas.

As noções contemporâneas de cidadania estão associadas majoritariamente, à burguesia francesa, que ao lado de camponeses e artesãos da França despótica, anterior a revolução 1789, formava o chamado Terceiro Estado. O engajamento político dessa conjuntura social fez com que surgissem visões e entendimentos diversificados acerca da noção de cidadania. Nessa perspectiva tem se, em linhas gerais, dois tipos de cidadania: uma cidadania da dominação e uma cidadania de conteúdo mais igualitário e extensivo.

A cidadania da dominação está associada a uma burguesia “revolucionária” que passou a vincular direitos humanos, políticos e civis, apenas àqueles que tinham propriedade material e de valor aquisitivo. Isso fez com que a burguesia perdesse seu caráter revolucionário e deixa-se de pertencer ao Terceiro Estado, formado também pelo “povão”.

A cidadania de conteúdo igualitário extensivo está associada ao “povão” (camponeses e artesãos franceses) que também formava o Terceiro Estado da sociedade francesa no “antigo regime”. Essa ideia de cidadania baseasse na extensão progressiva dos direitos humanos, políticos e civis a todos os homens. Essa segunda visão de cidadania é sem dúvida a mais democrática e eficiente, porém, ainda é um sonho para muitas pessoas, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

História e Prática Docente: construindo um ensino crítico

De acordo com a LDB (BRASIL, 1996, Art. 13) “Os docentes incumbir-se-ão de: [...] II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...] III - zelar pela aprendizagem dos alunos; [...]”. A prática docente deve se basear, entre outras coisas, no planejamento, na organização das atividades pedagógicas inerentes ao ofício do professor.

O planejamento das atividades docentes pode contribuir diretamente para se alcançar um padrão aceitável e concreto de qualidade dentro do processo de ensino. Nessa perspectiva, a organização pedagógica do docente pode e deverá representar o zelo pela aprendizagem de seus alunos dentro da visão pedagógica da escola.

Segundo Freire (1996, p. 41), “A prática de pensar a prática é a única maneira de pensar certo.” Sendo assim, um dos principais passos a serem dados pelo docente para se chegar a uma prática transformadora e de qualidade efetiva, é a reflexão continua que o docente deve empregar sobre sua própria prática pedagógica. Pensar a prática pode-se levar a uma auto avaliação crítica, essencial para se combater os achismos e a insegurança profissional.

A prática pedagógica coerente com a atual missão do magistério deve focar em munir o aluno de ferramentas que o auxiliem na luta continua por uma cidadania cada vez mais concreta. O professor deve procurar construir uma prática pedagógica que não vise transmitir apenas valores e conhecimentos de forma fragmentada e passiva, o que por sua vez, anula o poder criativo e participativo do aluno.

Ao analisar a metodologia do professor em sala de aula Ramos (2012, p. 99), entende que o professor não pode acreditar que a ação de educar, escolarizar, se restringe apenas em transmitir e memorizar informações. Isso leva o docente a desenvolver procedimentos que raramente vão além de dar aulas expositivas e de verificar se as informações foram memorizadas pelos alunos. Ao contrário de tudo isso, o professor deve entender a educação como prática social transformadora e trabalhar com seus alunos a ampliação do conhecimento produzido e vincula-lo à realidade dos mesmos.

Acerca da metodologia de ensino, Ramos (2012, p. 103) afirma que “Não há modelos gerais, aplicáveis a qualquer situação, pois cada sala de aula é única: cada professor é diferente, os alunos não são iguais nem podem ser idealizados. Cada um tem sua história, trajetória escolar, pontos de vista e estilos cognitivos diferentes.”. Não existem regras e métodos pedagógicos exatos e prontos para serem aplicados dentro do processo de ensino e aprendizagem. Desenvolver a auto avaliação da prática pedagógica é essencial para que o professor possa planejar e executar atividades pedagógicas flexíveis que auxiliem os alunos na produção de conhecimento, criatividade, criticidade e vínculo entre conteúdo e realidade.

Uma prática docente de qualidade é fundamental para que o aluno venha a se tornar crítico, autônomo e participativo. Todavia, não é o único pilar dessa estrutura. De acordo com o projeto político pedagógico da escola pesquisada (Escola 01, 2017, p.24), o ensino ministrado deverá propiciar ao aluno “[...] A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, artes e valores que fundamentam a sociedade; O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, habilidades, e formação de atitudes e valores; [...]” Nesse viés, espera-se que o aluno seja crítico das estruturas sócio-culturais a sua volta, autônomo na medida em que seja capaz de pensar e agir por si só, livre de cabrestos e manobras de terceiros e participativo, não só no sentido de votar ou ser votado, para saber intervir e causar transformações construtivas ao seu meio social.

Para Bloch (2001, p. 19) “A história é a ciência do homem no tempo.”. Esse status confere à história, um caráter científico muito especial. Ao estudar as ações da humanidade ao longo do tempo, a história, como ciência, analisa de forma reflexiva e crítica, as rupturas e continuidades dentro das experiências sociais, políticas, econômicas e culturais de cada grupo humano que já existiu ou exista no mundo. Essas experiências históricas são vitais e, se bem aplicadas, podem produzir avanços sociais.

Segundo os PCNs (BRASIL, 1998, p.20) “A História, enquanto disciplina escolar, [...] possibilita ampliar estudos sobre as problemáticas contemporâneas, situando-as nas diversas temporalidades, servindo como arcabouço para a reflexão sobre possibilidades e/ou necessidades de mudanças e/ou continuidades.” Nesse viés, o ensino de história é totalmente produtivo e necessário. Todavia, será sempre importante que a história seja ensinada com o objetivo de construir, entre os alunos, uma consciência de que eles são parte integrante da história da humanidade, são também, seus construtores, que o passado tem profundas relações com o presente e que o futuro pode ser construído no hoje.

A história deve ter, dentro do Processo de ensino e aprendizagem, o comprometimento com o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, de sua capacidade de se afirmar no mundo, de participar e de poder transformar realidades. Nesse contexto, a História deve ser comprometida com a problematização de conteúdos, realidades e ações humanas no tempo e no espaço.

De acordo com Bittencourt (2009, p. 19), embora ainda possa ser identificado na realidade e prática de muitos professores, sobretudo em escolas da rede pública, o ensino de história, em sala de aula, não pode ser estático, e tão pouco deve induzir o aluno a simples memorização e repetição mecânica de conteúdos para fins de avaliação escolar. Um ensino que visa a “decoreba” produz expressivos retrocessos sociais.

De acordo com Karnal (2009, p. 75), a história é o registro da experiência humana no mundo e, por tanto, patrimônio cultural imaterial da humanidade, que deve ser transmitida de forma crítica, para as outras gerações, a fim de assegurar a própria existência do homem.

O saber histórico possibilita que o aluno tenha conhecimento das experiências sociais a nível global e do seu próprio mundo cultural, o que o levará a maior interação, entendimento e a construção de respostas para os desafios do presente, mediante reflexão acerca da evolução histórica das sociedades, bem como, a participação construtiva que o levará a realização de ações transformadoras.

Metodologias Utilizadas na Pesquisa

O presente artigo utilizou-se de pesquisa do tipo Estudo de Caso, com uma revisão da bibliografia referente ao tema e com aplicação de instrumentos de coleta de dados como questionário, entrevista e consequentemente, a observação *in loco*. Para coletar os dados necessários foram utilizadas ferramentas técnicas inerentes à pesquisa qualitativa. No que tange a pesquisa de campo, a mesma foi realizada em uma escola pública estadual do interior do Estado de Rondônia.

A busca por interação pode levar o pesquisador a trabalhar e viver sua situação problema, ganhando mais capacidade para construir perspectivas e ações que possam transformar certas estruturas. Isso se confirma em Deus, Cunha e Maciel (2010, p.5) ao afirmarem que “O estudo de caso tem um potencial enorme de contribuição aos problemas da prática educacional, ao fornecer informações valiosas [...]”. Nessa pesquisa o estudo de caso está relacionado a um grupo de dez alunos com idade entre quinze e dezessete anos matriculados no terceiro ano do Ensino Médio da instituição pesquisada (Escola 01).

Foi aplicado um questionário com cinco perguntas, de forma individual e em momentos distintos, aos dez alunos selecionados do terceiro ano do ensino médio. As perguntas eram relacionadas ao domínio de conceitos sócio-históricos, senso crítico pessoal e a relação com disciplina de história em sala de aula. Em um segundo momento foi realizada uma entrevista (gravada em áudio), também de forma individual e em momentos distintos, com os referidos alunos objetivando entender as mesmas temáticas.

Também foi aplicado um questionário com cinco perguntas ao professor de história da turma que atende vinte alunos frequentes oriundos da cidade e da zona rural. As perguntas eram relacionadas à sua experiência docente em sala de aula. Em um segundo momento foi realizada uma entrevista (gravada em áudio), com o referido professor objetivando entender, mediante diálogo temático, sua prática docente e visão educacional, onde o mesmo se mostrou bastante à vontade.

Foi realizado também, uma observação *in loco* que teve como objetivo observar a prática docente do referido professor de história, bem como, a participação, interação e a valorização do processo de ensino-aprendizagem por parte dos referidos alunos durante as aulas da disciplina de história. O período de observação ocorreu em quatro visitas mensais à Escola 01 no decorrer do 1º bimestre, sendo essas de uma hora e trinta e seis minutos cada, das 15:54 horas até as 17:30h.

Para a construção do referencial teórico e da análise dos dados coletados, foram utilizados legislações, livros e artigos científicos relacionados ao tema pesquisado.

Análise dos Dados Coletados

A pesquisa foi realizada em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (Escola 01), no município de Costa Marques, interior do estado de Rondônia.

A referida escola oferta à comunidade o ensino fundamental II e ensino médio atendendo 678 alunos, distribuídos em 30 classes nos turnos matutino, vespertino e noturno. Muitos profissionais colaboram para o seu funcionamento: diretor, vice-diretora, coordenadoras pedagógicas para os anos finais do ensino fundamental II (6º ao 9º ano), coordenador e coordenadora pedagógica para o ensino médio (1º ao 3º ano), professores de área específica (6º ao 9º ano) e professores de áreas específicas (1º ao 3º ano) e professoras orientadoras.

Ao serem questionados a respeito do que eles entendiam como cidadania os alunos responderam que a cidadania pode ser entendida como os direitos das pessoas e suas respectivas obrigações dentro do convívio social.

Na observação in locon, dentro da sala de aula, foi possível identificar as reclamações injustas e interesseiras contra o professor e exigências por maiores prazos para a entrega de atividades atrasadas, bem como, o desrespeito entre colegas de turma principalmente no que se refere ao tratamento pessoal. Palavrões e ofensas eram comuns de serem observadas.

Fica perceptível que a visão dos referidos alunos acerca da cidadania é limitada e os tais “direitos” citados, muitos deles nem sabem quais são ao certo, além das obrigações e regras que muitos não cumprem e também não estão dispostos a se submeterem. Como exemplo dos direitos, eles apontam o direito de votar, saúde, educação. Como exemplo das obrigações eles apontam a obediência às leis e o bom comportamento dentro da sociedade.

Ao ser perguntado do real entendimento dos alunos acerca do tema cidadania, o professor de história da turma respondeu que os alunos não têm um entendimento satisfatório e amplo do que de fato é a cidadania, mas os mesmos são atuantes e apresentam grande disposição em lutar por melhorias sociais.

Quando questionados a respeito do cumprimento das obrigações por parte do poder público para com a sociedade os alunos afirmaram que o poder público deixa a desejar na qualidade e ausência de serviços públicos que se apresentassem qualidade e/ou existissem, representariam o respeito ao cidadão. Os alunos justificaram suas respostas citando atos de corrupção praticados por agentes públicos e largamente noticiados pelos veículos de comunicação. Essas respostas evidenciam um sólido senso crítico por parte dos discentes, notório interesse pela política institucional e pelas notícias associadas a ela, o que pode fomentar a construção de uma consciência política voltada para a renovação e aprimoramento do sistema político e o fortalecimento do civismo e patriotismo.

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988, Art. 6º) os direitos sociais são respectivamente “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Ao se analisar a aplicabilidade desses direitos, ou seja, a vivência real dos mesmos por parte dos cidadãos brasileiros, percebe-se tamanho distanciamento entre teoria e prática.

Ao serem perguntados se eles lutam pelos seus direitos como cidadãos nove alunos responderam que sim. A exceção foi um único aluno que respondeu que não, e justificou alegando que a vida no país é ruim e que as mudanças demoram a ocorrerem. Durante a observação in locon, ficou evidente que a maior parte da turma é atuante dentro da escola, em especial, nas atividades realizadas pelo grêmio estudantil e nos conselhos de classe da escola. Curiosamente e coincidentemente ao período de observação, ocorreu um dia de paralização dos profissionais da educação onde alguns alunos

participaram e deram apoio aos trabalhadores em suas reivindicações. Vale ressaltar que dos dez alunos observados, apenas um participou do evento.

Segundo Buffa, Arroyo e Nosela (1991, p. 26), o Estado é negligente e incapaz de fornecer aos seus cidadãos todos os direitos inerentes à cidadania plena, bem como, nesse contexto, a educação escolar, é incapaz de conferir cidadania plena aos “cidadãos” excluídos. Caberá sempre ao povo excluído, o dever de se unir e lutar pela cidadania completa. A cidadania, em parte, será sempre uma consequência e resultado das lutas, práticas políticas e reivindicações sociais.

Quando questionados acerca dos benefícios de se estudar história na escola, os alunos foram enfáticos ao responderem que a história ajuda a entender o passado. Essa visão acerca da história é limitada e simplória. Observando-se durante as aulas foi possível identificar um aparente interesse dos alunos pelos conteúdos da disciplina e notória participação dos mesmos durante as aulas, especialmente com perguntas e colocações direcionadas ao tema da aula ministrada pelo professor. Também ficou claro que a participação dos alunos era maior quando o professor ministrava conteúdos atuais e relacionados à política e cultura.

O fato de o aluno ter acesso, mediante o ensino de história, às experiências sociais das várias sociedades no tempo e no espaço, configura-se uma das muitas contribuições do ensino de história para a formação do cidadão crítico, sujeito histórico. A LDB (BRASIL, 1996), no artigo 32º, inciso III, afirma que o “[...] o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.”

Ao ser questionado sobre as contribuições do ensino de história para a formação do cidadão, o professor de história da turma respondeu que as aulas de história fomentam a discussão e superação de situações problema através do conhecimento histórico crítico, ativo, interpretativo e dinâmico. In loco, foi possível observar que o professor domina o conteúdo, interage com a turma durante as aulas, mas sofre com a falta de materiais didáticos como data show, livros, computador e internet no âmbito escolar.

Segundo os PCNs (BRASIL, 1998, p.22) “[...] a História para os jovens do Ensino Médio possui condições de ampliar conceitos introduzidos nas séries anteriores do Ensino Fundamental, contribuindo substantivamente para a construção dos laços de identidade e consolidação da formação da cidadania.” Nesse viés, o ensino de história é totalmente produtivo e necessário. Será sempre importante que a história seja ensinada com o objetivo de construir, entre os alunos, uma consciência de que eles são parte integrante da história da humanidade, são também seus construtores, que o passado tem profundas relações com o presente.

Mesmo dominando o conteúdo é notório o fato de que o professor da turma tem uma prática pedagógica muito focada e dependente do livro didático e conseqüentemente, na exigência constante de resumos por parte dos alunos. Durante o período de observação, o professor não fez uso de aulas com apoio tecnológico ou adotou estratégia diferenciada. O foco no livro didático prejudica a dinâmica

e flexibilidade dos conteúdos, bem como, a dependência do livro limita o conhecimento e pode desmotivar os alunos que reclamam constantemente dos longos e frequentes resumos.

Ao serem questionados acerca das possíveis facilidades ou dificuldades em aprender os conteúdos de história, os alunos responderam que não enfrentam nenhuma dificuldade e que o fato do professor desenvolver uma boa explicação do conteúdo, torna a aula atrativa e facilita a aprendizagem. In loco, foi possível observar que parte dos alunos de fato, prestam atenção na aula, que o professor apresenta boa desenvoltura e oralidade, que parte dos alunos focam apenas no uso do celular e na elaboração de atividades atrasadas de outras disciplinas, cujo outro professor irá visar no horário posterior à aula de história, bem como, que as atividades de resumo passadas constantemente pelo professor, cansa os alunos e consequentemente fomenta a indisciplina em sala.

Segundo o regimento interno da escola pesquisada (Escola 01, 2013, Art. 67), os alunos “ficam proibidos de utilizar telefone celular no estabelecimento de ensino, durante o horário das aulas.” É evidente que a escola se esforça em estabelecer regras disciplinares, todavia, existe um grande desrespeito a essas regras por grande parte dos alunos, impotência e a ineficiência de professores e gestores em coibir essa prática. O uso inoportuno do celular por parte dos alunos, proporcionam grandes prejuízos à aprendizagem dos mesmos, bem como, o aumento da indisciplina escolar.

Os relatos levam a compreender que os alunos entendem, ainda que de uma maneira limitada e genérica, as características da cidadania, algumas de suas contribuições e a própria condição e papel de cidadão de cada um no convívio social. O aprendizado de história aparece com certa importância, mas limitado a apenas uma forma de ter acesso aos fatos passados e desconexos da realidade, o que é preocupante, mas também um começo. Já a prática docente analisada, aparece de forma organizada e significativa, porém desfalcada pela falta de auto avaliação, inovação, apoio logístico do poder público e indisciplina discente.

Proposta para Superação dos Problemas Levantados

O fato de os alunos estudarem aspectos da cidadania atrelados apenas às disciplinas de ciências humanas prejudica o entendimento, contextualização e vivência da mesma. A possibilidade de criar uma disciplina focada no estudo da cidadania, com base no ensino da constituição, legislações pertinentes, materiais didáticos pertinentes e independentes, poderia contribuir para solucionar esta problemática.

No que tange a falta de responsabilidade e disciplina de alunos, a participação ampla e constante dos pais na vida escolar de seus filhos/alunos, aliada a uma maior exigência do poder público com foco nessa participação, poderia contribuir positivamente na resolução deste problema. A escola deve repensar o fato de restringir a participação da família às reuniões. A escola deve dinamizar e flexibilizar a participação da família nas atividades realizadas pelos próprios alunos como teatro, sarau,

excursões escolares e etc. O professor e a orientação escolar não podem continuar enfrentando essa situação sem apoio da família.

No que se refere ao entendimento limitado das contribuições do ensino de história, deve se entender que esse problema é processual, construído ao longo da formação dos alunos. É possível que aulas mais dinâmicas, atividades mais atuais, maior uso de recursos tecnológicos e fomento a leitura paradidática dentro do ensino da disciplina, pode contribuir para a superação deste entrave.

Para dinamizar as aulas é necessário que o professor rompa a barreira das aulas expositivas, incentivando a apresentação de seminários e criação de grupos de debate por parte dos alunos. Por atividades atuais entende-se as atividades on-lines, fóruns em plataformas de ensino, o uso de jogos educativos e etc. O uso de equipamentos de áudio e vídeo em sala e a exigência da leitura bimestral de um livro paradidático, relacionado aos conteúdos estudados em sala, podem representar boas ações a serem tomadas.

Considerações Finais

Através dessa pesquisa, foi possível romper com dificuldades variadas, dúvidas e incertezas pedagógicas presentes desde o início do curso de pós-graduação.

O crescimento profissional e pessoal é real, sobretudo, no que se refere à prática docente, ao aperfeiçoamento da capacidade de entender e exercer a docência em sala de aula, focando em um viés de ensino comprometido com a cidadania extensiva e com uma ciência histórica contextualizada.

Como continuidade dessa pesquisa propõem-se o estudo acerca do planejamento escolar, indisciplina escolar, participação da família na escola e o emprego de recursos multimeios na escola.

Com essa pesquisa pode-se concluir que a cidadania é um conceito histórico amplo, que lutar pela universalização da cidadania é dever de todos, que a prática docente dinâmica e flexível influencia positivamente no sucesso do ensino, que a história não se limita ao estudo do passado, mas compreende as ações da humanidade ao longo do tempo passado e presente, e que o cidadão constrói sua história e a de seu país.

Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 3º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- BLOCH, Marc. Apologia da história: Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Editora Ed. Zahar, 2001.
- BOSCHI, Caio César. Por que estudar história? São Paulo: Ática, 2007.
- BUFFA, Ester. ARROYO, Miguel G. NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania. 3º ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991.
- CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. O que é cidadania?. 4º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

- EEEFM Angelina dos Anjos. Projeto político-pedagógico–PPP. Costa Marques-RO, 2017.
- EEEFM Angelina dos Anjos. Regimento Escolar– RE. Costa Marques-RO, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 4º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula. 5º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MICELI, Paulo. As revoluções burguesas. 15. ed. São Paulo: Editora Atual, 1994.
- PINSK, Jaime. Cidadania e educação. 3º ed. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- RAMOS, Zaíra Leite. Conhecimentos pedagógicos. 4º ed. Brasília: Editora Vestcon, 2012.
- DEUS, Adélia Meireles de; Cunha, Djanira do Espírito Santo; Maciel, Emanoela Moreira. Estudo de Caso na Pesquisa Qualitativa em Educação: Uma Metodologia. VI Encontro 2010. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010, p. 1-12.
- BRASIL. (Constituição 1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 09 mar. 2018.
- _____. LDB, Lei 9.396, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acessado em: 09 mar. 2018.
- _____. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acessado em: 09 mar. 2018.